

EXEMPLARES - COMPILADO 15

- Todas as redações aqui dispostas obtiveram as notas mais elevadas durante a sua avaliação, no entanto, isso não as isenta de possíveis falhas, do ponto de vista estrutural ou argumentativo.
- Pode haver oscilação na avaliação entre corretores, considerando a subjetividade da leitura e os níveis de exigência de cada um.
- Todos os textos aqui atendem quase completamente aos critérios de adequação ao gênero e ao tema proposto, argumentatividade e domínio da norma escrita padrão, bem como o alinhamento das teses à proposta e aos textos de apoio em questão.

Andressa Brandão

Tema: O acesso ao modelo preventivo de saúde pública no Brasil e a construção de dignidade – ENEM

No passado, o sistema de saúde inspirava-se ao método cartesiano, o qual defendia a visão do homem como máquina, e o que significa potencializar suas partes e trata-las individualmente, uma vez que elas promovem o funcionamento do todo. Atualmente, esse paradigma é, aos poucos, superado, em razão da grande proporção de doenças não tratáveis e da dificuldade em conceituar os problemas modernos dos humanos. Entretanto, a grande herança do cartesianismo contribuiu para a manutenção do modelo hospitalocêntrico, tanto por resistência institucional, quanto cultural e, desse modo, o acesso a medicina preventiva pública, para construção de dignidade, não se expande.

A priori, a grande resistência institucional em seguir a visão mecanicista de tratamento, que trata isoladamente cada parte do corpo e também suas afecções, é uma das principais causas para a dificuldade do modelo preventivo de saúde pública no Brasil. Isso acontece, pois muitos profissionais ainda são influenciados pela ideia Positivista, de Auguste Comte, a qual defendia que apenas o conhecimento científico e racional era válido. Nessa perspectiva, os agentes de saúde focam ao sintoma, ao diagnóstico e no tratamento do paciente, enquanto as causas dos problemas são negligenciadas, pois frequentemente têm relação com aspectos psicológicos e sociais, os quais não são “relevantes” na terapêutica, segundo o positivismo. Desse modo, a referência biopsicossocial não é respeitada, mesmo que seja a base primária do Sistema Único de Saúde, reforçando, assim, a conservação do modelo hospitalocêntrico e reduzindo a condição cidadã do brasileiro.

Ademais, é importante salientar que para uma aplicação efetiva do modelo preventivo de saúde, seria necessária grande participação popular, no entanto, devido à carência de educação para saúde, a realidade é de alta resistência cultural. Nesse sentido, o mercado da Indústria Farmacêutica e Hospitalar, aproveitam-se da ignorância do público e utilizam métodos que fornecem alívio apenas para suas necessidades imediatas. A esse respeito, Anthony Giddens fala sobre a cultura do imediatismo, que descreve um povo que foca muito no agora e negligencia o que pode vir a ser um problema no futuro. Assim, o comércio e o Estado oferecem a população muitos

tratamentos para questões ditas urgentes, como o prazer e a estética, e pouca prevenção, já que não há preocupação além dos sintomas e das utilidades atuais.

Portanto, políticas de gestão integradas tornam-se urgentes, a fim de garantir o acesso ao modelo preventivo de saúde pública no Brasil e, assim, conferir dignidade ao povo. Para isso, o Ministério da Saúde, já que é responsável pelo bem estar da população, deverá agir em parceria com o Ministério da Educação, com o intuito de elucidar os cidadãos sobre a importância da prevenção. Isso poderá ser feito com ampliação do currículo escolar por meio de alterações na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para que conteúdos relacionados possam ser adicionados à aula de biologia. Ademais, devem investir, urgentemente, em cursos de capacitação, obrigatórios aos profissionais da saúde, para que o modelo positivista de atendimento seja, de fato, substituído pelo tratamento biopsicossocial. Feito isso, no longo prazo, o sistema de saúde será capaz de cumprir a teoria proposta pelo SUS e a comunidade terá consciência do valor da medicina preventiva para o futuro individual e coletivo.

Thays Gutierrez

Tema: **O cenário da infodemia e seus desdobramentos para a cidadania** – UFU

O consumo de notícias falsas

No começo do século XXI, iniciou-se a 3ª Revolução Industrial, que trouxe consigo a popularização da internet. Assim, com o aumento da quantidade de informações propagadas, percebe-se também um significativo aumento da desinformação, uma vez que, no contexto atual, vive-se um cenário caótico de “infodemia”, principalmente do Covid-19 e já se percebe seus desdobramentos para a cidadania dos brasileiros. A partir disso, na minha condição de enfermeira, noto a necessidade de se discutir sobre os impactos dessa proliferação de notícias falsas e os males de não se checar a veracidade de seus conteúdos.

É relevante abordar, primeiramente, que o excesso de informações falsas que são criadas e propagadas, principalmente nos meios de comunicação representam uma ameaça que não só prejudica a integridade de eleições e indivíduos, como também medidas que buscam prevenir a disseminação de doenças. A partir disso, nota-se a relevância da mídia nesse processo que, como foi analisado por Debord na sua obra “Sociedade do Espetáculo”, constantemente, através da criação de uma falsa realidade, ela promove alienação das pessoas. Assim, frequentemente me deparo com pacientes que questionam as recomendações de prevenção do Covid-19, pois eles são bombardeados com notícias falsas que amenizaram a gravidade do cenário atual, como invenções de curas caseiras. Portanto, vejo um panorama caótico de ‘infomania’ que está prejudicando a saúde de milhares de indivíduos.

Além disso, demonstro grande parte preocupação frente a pouquíssima significância que boa parte dos brasileiros dão para a verificação da autenticidade dos conteúdos divulgados pois, segundo o cientista Stephen Hawking, o maior inimigo do conhecimento não é a ignorância, mas sim a ilusão de conhecimento. Tendo isso em visto, o que vejo são muitos dos meus pacientes presos nesse ciclo sem fim – receber, não checar e propagar – com a ilusão de que passaram a informação correta e de que estão ajudando o próximo, sendo que na verdade podem estar colocando o outro em risco. Ademais, de acordo com a matéria “Infodemia: fakenws mata e espalha mais que a Covid-19”, foi feito um estudo pela Arear que diz que cada 10 internautas brasileiros, 7 acreditam em pelo menos uma notícia falsa sobre Covid-19, o que nos mostra o quão preocupante é o cenário vigente.

Fica claro, dessa forma, que esse contexto de “infodemia” e seus desdobramentos para a cidadania são um problema que precisa ser resolvido. Portanto, espero que em um futuro bem próximo as instituições competentes possam modificar esse cenário caótico e degradante, pois como enfermeira demonstro grande preocupação frequente às inúmeras notícias falsas que se propagam rápido e que estão prejudicando milhões de vidas.

Josefa

César Rafael Marques

Tema: A tecnologia virtual na educação é uma alternativa visível para a democratização da Educação de qualidade no Brasil? – ENEM

A partir da 4ª Revolução Industrial, de 2010, as tecnologias ganharam novas atualizações e atualmente estão presentes em diversas áreas do conhecimento humano. No entanto, mesmo com esse avanço informacional, a tecnologia virtual na educação não tem se mostrado como uma alternativa viável para a democratização da Educação de qualidade no Brasil, já que grande parte das escolas no país não possuem acesso à essas tecnologias. Assim, é lícito afirmar que a falta de infraestrutura educacional e a inexistência de capacitação profissional contribuem para a perpetuação desse cenário negativo.

É relevante abordar, inicialmente, a falta de infraestrutura de boa parte das escolas brasileiras para a inserção de tecnologia virtual na metodologia de ensino. Esse contexto fica patente diante do conceito de política de contentamento, amplamente discutido nas pautas sociológicas. De acordo com essa ideia, os governos dão prioridade para as demandas mais exigidas pela massa popular, negligenciando os assuntos menos discutidos pela população. Aliando-se ao tema, é notório que a democratização da educação de qualidade no Brasil não é exigida de forma imediatista pela sociedade, fazendo com que o Estado não invista nesse campo, contribuindo para a precarização da infraestrutura escolar, que se torna cada vez menos apta a receber as novas tecnologias virtuais.

Alexandre Magalhães
Cursos de Português

@portuguesnaofacil

Concomitante a isso, vale ressaltar a falta de capacitação profissional recebida pelos professores para lidarem com a tecnologia virtual no ambiente acadêmico brasileiro. Entretanto, a Lei de Diretrizes e Bases determina, em parceria com os Parâmetros Curriculares Nacionais, que haja um processo de capacitação continuada e permanente dos professores de acordo com as mudanças das ferramentas de ensino. Porém, esse dispositivo legal não é observado na realidade brasileira, uma vez que esses profissionais não recebem, de fato, auxílio governamental capaz de solucionar esse impasse e contribuir para a evolução da educação no país.

Portanto, é emergencial que sejam realizados mais investimentos em educação, dando mais oportunidade de tecnologia virtual se desenvolver nas escolas e auxiliar na democratização da educação de qualidade no Brasil. Para tanto, o Ministério da Educação deve arcar com essa responsabilidade, dada a sua função de garantir o acesso de ensino de qualidade para toda a população. Isso pode ser viabilizado por meio da avaliação, com precisão, da demanda financeira do setor educacional, analisando as diferentes realidades educacionais brasileiras e investindo na capacitação dos docentes para o uso de tecnologia virtual em sala de aula, com o intuito de tornar a infraestrutura educacional brasileira mais apta a lidar com tais tecnologias.

Nayara Batista Ferreira

Tema: Crianças em condição de rua no Brasil e a violação da dignidade humana - ENEM

O contrato social firmado entre o Estado e a sociedade que visa defender os menores de idade é o Estatuto da Criança e do Adolescente. Nesse contexto, nota-se a responsabilidade do poder público em garantir a proteção integral à criança e ao adolescente. Entretanto, a realidade em famílias de baixa renda é que muitos indivíduos passam a infância em condições de rua. Assim, o enfraquecimento do vínculo familiar e a proteção inadequada do Estado destina essa parcela da população à evasão escolar, ao trabalho infantil, ao tráfico de drogas, à exploração sexual e à violência.

O ambiente impessoal e as relações hostis encontrados nas ruas por crianças e adolescentes que passam a maior parte do dia nelas são situações responsáveis pela formação social e comportamental desses indivíduos. Nesse viés, S. Freud analisa que as pessoas transmitem os valores recebidos ao longo da vida e, principalmente, na infância. Dessa forma, vê-se que os jovens tendem a reproduzir a violência que recebem nas ruas e contribui para o aumento dos índices de criminalidade. Com essa tendência, a população sem compreensão das origens e dos fatores responsáveis pela ida das crianças às ruas, acentua o preconceito e as mantém às margens do acesso aos recursos básicos que garantem o desenvolvimento de uma vida digna.

Além disso, a marginalização promovida pela população tem como consequência o desinteresse do Estado para resolver o problema. Nessa perspectiva, o sistema político de contentamento direciona as atrações em obras que geram satisfação da opinião pública, que não é necessariamente conduzida para a solução de questões

Alexandre Magalhães

Cursos de Português

@portuguesnaofacil

envolvendo minorias sociais, como as crianças em condição de rua. Por isso, percebe-se a falta de infraestrutura e de bases de apoio para essa parcela do público infantil, resultante do diminuto orçamento público destinado a essa problemática e da atenção do Estado como instituição Zumbi, conceito de Z. Bauman para as bases superestruturais que existem, mas não exercem a função destinada a elas na constituição social.

Portanto, é emergencial uma revisão das políticas públicas garantindo-as um lugar digno da criança no Brasil. Para tanto, os Conselhos Tutelares devem executar sua função de gestão de grupos infantis e do ECA. Isso pode ser viabilizado pela implantação de atendimentos nas escolas e pela destinação de profissionais às casas para ouvir as demandas e necessidades dos jovens em situação de rua para viabilizar a volta para a casa e para escola. Sendo assim, os assistentes sociais podem acompanhar as crianças e suas famílias de perto e ajudar com auxílios financeiros, de saúde e de moradia. Desse modo, será possível garantir as crianças e aos adolescentes em condição de rua a proteção do Estado e a visibilidade na agenda política do país.

Andressa Brandão

Tema: **As dificuldades de integração do jovem ao mercado de trabalho** – ENEM

A Terceira e Quarta Revolução Industrial mudaram fundamentalmente a distribuição social do trabalho, devido ao refinamento das competências e à necessidade de conhecimento amplo por parte dos funcionários. Essa nova realidade desencadeou altas taxas de desemprego ou de empregos precarizados, já que há grande dificuldade de ajustamento dos empregados às novas exigências. Nessa perspectiva, as adversidades de integração dos jovens ao mercado de trabalho são acentuadas, principalmente em razão da vivência particular desses e da ausência de políticas públicas eficazes para auxiliar sua inserção nos negócios.

A priori, é importante salientar que as dificuldades de integração ao mercado de trabalho sai enfrentadas tanto por jovens de baixa quanto de alta renda familiar. Isso acontece, pois, para ambos, há carência de “práxis” que, no pensamento marxista, representa a escassez de prática e de execução de determinada teoria. Nesse sentido, os mais vulneráveis não desenvolvem a experiência desta, pois, diante de um trabalho precarizado – que é o que está disponível – não há possibilidade de aperfeiçoamento, perpetuando, dessa forma, a vivência do jovem em um cenário de pobreza. Além disso, os mais abastados, enfrentam obstáculos para a adequação aos negócios devido à longa incubação acadêmica, já que essa valoriza muito a teoria e a complementação curricular e negligencia a atualidade da experimentação. Desse modo, o pouco treino impedem os jovens de se ajustarem às novas exigências mercadológicas, ampliando assim, o desemprego.

Ademais, a falta de políticas públicas eficazes, visando facilitar a entrada da população em idade ativa no mercado de trabalho é uma das principais causas para o alto índice de jovens desempregados. A esse respeito, Sergio Buarque de Holanda

Alexandre Magalhães

Cursos de Português

@portuguesnaofacil

discorre sobre o amadorismo das instituições brasileiras, o qual descreve que há excesso de ambição, entretanto, pouco profissionalismo para aplicação de projetos. Nessa lógica, tentando solucionar a problemática, o Estado criou em 2005, a Secretaria da Juventude, e, por meio dessa, desenvolveu programas como o “Programa Nacional do Primeiro Emprego”, mas que, devido à grande burocracia e à qualidade questionável dos cursos profissionalizantes, não resolveu a questão, fundamentando, assim, a fala do historiador. Dessa forma, fica claro que medidas de regência amadora não são suficientes para solucionar as dificuldades de enquadramento dos jovens aos negócios.

Portanto, é urgente a criação de políticas públicas eficazes a fim de minimizar as dificuldades de integração da população economicamente ativa ao mercado de trabalho. Para tal, a Secretaria Nacional da Juventude, cuja função é a de atender as demandas jovens, deverá agir em parceria com o Ministério da Educação, tendo em vista que o aperfeiçoamento para ingressar nos negócios deve acontecer na escola. Desse modo, com os recursos somados, será possível investir na elaboração de aulas interdisciplinares desde o ensino básico e no treinamento de profissionais já contratados pelas instituições, para que possam atender às novas demandas. Feito isso, tanto os jovens vulneráveis, quanto os estáveis financeiramente, ao concluir o ensino médio, estarão mais preparados para integrar o mercado de trabalho e, também, o Estado estará cumprindo suas funções e não só agindo como instituição amadora.

Gabriella Gonçalves Caixeta

Tema: É possível desenvolver e-sports no Brasil de forma saudável e segura? – ENEM

Após a 4ª Revolução Industrial, de 2010, conhecida como era da internet e da nanotecnologia, houve a ascensão dos jogos eletrônicos. Nesse cenário, os vídeos games que antes eram vistos somente no campo do entretenimento, adentraram o mercado. Nesse contexto, para que possível desenvolver os e-sports, no Brasil, de forma segura e saudável, barreiras precisam ser quebradas. Dito isso, emerge a necessidade de análise de duas realidades: a pressão imposta nos jogadores e a política imediatista brasileira.

Em primeira instância, a pressão imposta nos jogadores faz com que, na maioria das vezes, eles desenvolvam problemas de saúde. Sobre o assunto, o filósofo Byung-Chul Han discute o conceito de “Sociedade do Alto Desempenho”, no qual comenta que na contemporaneidade há uma alta cobrança por desempenho, que leva muitos indivíduos ao esgotamento mental e físico. Nesse sentido, como nos games o empenho é muito exigido, competidores profissionais, chegam a passar 14 horas do dia treinando para atender o padrão imposto. Logo, para que seja possível o desenvolvimento dos e-sports de forma saudável e segura é preciso que eles sejam guiados por leis trabalhistas, para evitar patologias extremas, como o Burnout.

Em segunda instância, a política imediatista brasileira faz com que, grande parte das vezes, as ações propostas não abranjam problemas que são urgentes. Sobre o assunto, o filósofo Habermas fala sobre as “Políticas de Contentamento”, no qual diz

que os políticos promovem ações para “entreter” as massas e não resolver os problemas necessários. Ou seja, como os governantes estão interessados nos votos do povo, só promovem o que vai realizar na mídia e gerar popularidade, como, por exemplo, auxílios complementares, enquanto os gamers sofrem com condições precárias de trabalho e, normalmente, não há propostas para mudar isso. Dessa forma, o desenvolvimento seguro e saudável desses jogos torna-se difícil, já que políticas não são criadas.

Sendo assim, cabe ao Poder Legislativo e a Secretaria Especial de Cultura criarem regulamentações trabalhistas por meio de campanhas e políticas regulamentadoras. As campanhas devem ser feitas pela Secretaria, com comerciais transmitidos na televisão diariamente, que incentivem o ativismo populacional para cobrar que algo seja feito pelo legislativo. Já as políticas regulamentadoras devem ser feitas pelo legislativo, com base no ativismo do povo, oferecendo condições trabalhistas saudáveis aos gamers. Assim, poderá ser possível desenvolver os e-sports de forma saudável e segura no Brasil, oferecendo o reconhecimento merecido aos jogadores e prevenindo patologias.

